

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.335.502 - RJ
(2018/0187805-6)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
EMBARGANTE : AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
EMBARGADO : PLANO DE SAÚDE ANA COSTA LTDA
ADVOGADO : DAGOBERTO JOSÉ STEINMEYER LIMA - RJ002726A

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, §11, DO CPC/2015. OMISSÃO SANADA. EMBARGO DE DECLARAÇÃO ACOLHIDO PARA INTEGRALIZAR O JULGADO, SEM EFEITOS INFRINGENTES.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR contra decisão desta relatoria, assim ementada:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

Em suas razões de embargos de declaração, sustenta a parte recorrente que houve omissão na decisão, na medida em que não foram fixados honorários recursais, nos termos do art. 85, §11, do CPC/2015.

Apresentada impugnação (e-STJ fls. 3737/3743)

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

Assiste razão a embargante.

Os embargos de declaração merecem ser acolhidos, na medida em que não houve manifestação na decisão de fls. 3721/3725 e-STJ, acerca da fixação dos honorários recursais previsto no art. 85, §11, do CPC/2015.

Deveras, especificamente quanto aos honorários recursais, deve ser considerado o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015, e no Enunciado Administrativo n. 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC").

Levando-se em conta que o tempo de tramitação do recurso, contado apenas entre a sua interposição na origem e a data da prolação desta decisão monocrática, não é demasiadamente longo, e que não houve a necessidade de atuação do recorrido em

comarca diversa da qual atua, bem como, por fim, tomando por premissa que a demanda recursal aparenta baixo grau de complexidade, condeno a recorrente a efetuar o pagamento de honorários recursais correspondente a 10% (dez por cento) do que já foi fixado, na sentença, a título de honorários advocatícios.

Ante o exposto, acolho os aclaratórios, sem efeitos infringentes, tão somente para integralizar o julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

